



PEC da Previdência pode ser votada hoje em segundo turno

Marcos Oliveira/Agência Senado — 2/10/2019



Plenário pode votar também projeto que retoma regime de incentivos para construtoras em empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida

Com a reforma, o governo estima economia de R\$ 800 bilhões em dez anos. Texto eleva idade mínima para aposentadoria e acaba com possibilidade de se aposentar por tempo de serviço

Está marcada para hoje, às 14h, a votação em segundo turno, no Plenário, da reforma da Previdência. Antes, às 11h, a Comissão de Constituição e Justiça deve analisar as últimas emendas apresentadas à proposta.

O texto foi aprovado em primeiro turno no início de outubro, com 56 votos a favor e 19 contra. São necessários pelo menos 49 votos para a aprovação de uma PEC.

O Congresso Nacional ainda vai analisar a PEC Paralela, que contém alterações e acréscimos ao texto principal, como a inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias. **3**

Vídeo sob demanda passará pelo crivo do Congresso

A comunicação audiovisual sob demanda está na pauta do Congresso Nacional e tem dividido opiniões. Projeto de Humberto Costa pretende tornar empresas como Netflix, Hulu ou Amazon Prime sujeitas a obrigações iguais às de marcas brasileiras como Now, da Net, ou produtos Globoplay.

A polêmica está no fato de o serviço ser ou não passível de tributação. O autor da proposta ressalta que empresas como a Netflix lucram R\$ 4 bilhões por ano no Brasil, sem cooperar com a produção nacional. A ideia da proposta é aplicar uma contribuição progressiva de até 4% sobre o faturamento bruto apurado. **2**

Edilson Rodrigues/Agência Senado — 17/10/2019



Comissão de Assuntos Econômicos discutiu projeto de Humberto (D)

Ministro fala em comissão sobre candidatos laranjas no PSL

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, vem hoje à Comissão de Fiscalização e Controle explicar as denúncias de uso de candidatos laranjas no PSL. Ele depõe na condição de convocado, depois de faltar a uma primeira reunião. **3**

Audiência aponta preocupação com segurança do trabalho

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos, especialistas manifestaram preocupação com a proposta do governo de atualizar, em tempo reduzido, as 37 normas regulamentadoras de segurança no trabalho. **4**

Para debatedores, reforma pode gerar revolta popular

Debatedores ouvidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos disseram que a reforma da Previdência terá consequências sociais desfavoráveis. Para eles, o agravamento da situação dos mais pobres pode despertar no Brasil uma revolta popular como a que está sendo verificada em vários países.

Assessor técnico da Câmara dos Deputados, Flávio Tonelli classificou de confisco a falta de contrapartida do Estado à contribuição previdenciária do trabalhador. Já o diretor da Intersindical, Alexandre Caso, lamentou a falta de ação revisora do Senado e criticou a pouca discussão sobre o mérito da proposta. **3**



Flávio Tonelli, ao lado de Paulo Paim, critica a falta de contrapartida

Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão pode votar projeto de lei que garante autonomia do Banco Central **4**

Gilmar Mendes suspende MP que dispensa publicação de editais em grandes jornais **4**

Editada medida provisória que facilita a doação de terras da União a Roraima e Amapá **3**

Congresso deve regular vídeos sob demanda

Proposta não é consensual: para a categoria dos cineastas, o serviço é um negócio passível de tributação, já as produtoras consideram que as novas regras podem engessar o setor

Por Aline Guedes

A REGULAGEM DA comunicação audiovisual sob demanda (*video on demand* ou VoD) tem dividido opiniões. A medida é prevista em projeto do senador Humberto Costa (PT-PE), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A intenção do PLS 57/2018 é tornar empresas como Netflix, Hulu ou Amazon Prime sujeitas a obrigações iguais às de marcas brasileiras como o serviço Now, da Net, ou produtos Globoplay. A proposta também impõe condições de priorização de títulos nacionais na busca e na seleção oferecidas pelas fornecedoras.

Por um lado, a disciplina sobre a distribuição de conteúdos por banda larga diretamente a televisões, celulares, tablets e outros aparelhos é defendida por categorias que consideram o serviço de VoD um negócio como qualquer outro e, portanto, passível de tributação. Na outra ponta, os que acham que a medida vai engessar o setor. É a opinião, por exemplo, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e de produtoras.

Humberto ressalta que empresas como a Netflix lucram R\$ 4 bilhões por ano no Brasil, sem cooperar com a produção nacional. A ideia é aplicar uma contribuição progressiva de até 4% sobre o faturamento bruto apurado. As instituições globais participariam da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

— O projeto em nada deve penalizar o consumidor brasileiro. Pelo contrário, tem como objetivo apenas regulamentar o setor, que vem crescendo rapidamente e precisa estar sujeito a obrigações equiparáveis a outros produtos — disse.

A CAE já promoveu duas audiências sobre o assunto. O relator do PLS 57/2018, Izalci Lucas (PSDB-DF), anunciou a entrega do relatório para este mês. No entanto, a criação no Congresso da Frente Parlamen-

tar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual Brasileiros, com apoio de mais de 270 deputados e senadores, no dia 16, pode estender o debate.

Incentivo

Humberto explicou que a preocupação, ao apresentar o projeto, foi criar condições para alavancar um setor no qual o Brasil tem demonstrado competência, num momento de “guerra cultural” no país.

O senador Carlos Viana (PSD-MG) ressaltou a importância de manter os ganhos do Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014), em que a rede não pode ser taxada. Mas considera um avanço do projeto o incentivo à produção de conteúdo nacional.

Para o presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Rojer Garrido de Madrugá, é mais fácil simplificar toda a burocracia cobrando em cima do faturamento. Coordenadora da organização Intervozes, Marina Pita disse que o projeto é urgente e deve estar em consonância com a Lei 12.485, de 2011, que já regula a produção de audiovisual por assinatura.

Para o presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual (Sicav), Leonardo Edde, o projeto atende todos os segmentos envolvidos na escala de produção audiovisual, inclusive os independentes.

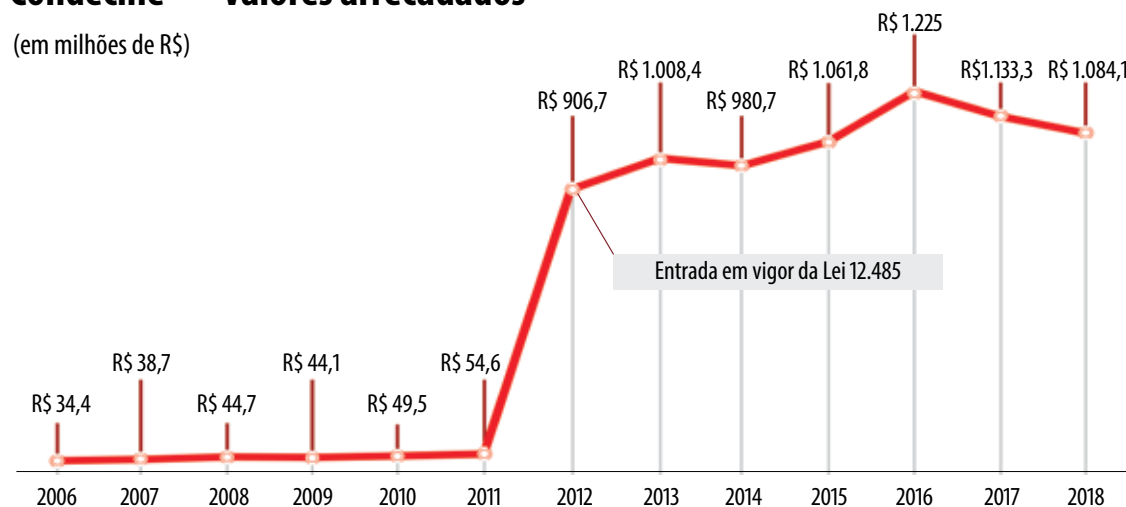
Já para a diretora de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Netflix, Paula Pi-



Izalci Lucas disse que vai entregar o relatório este mês

Condecine — Valores arrecadados

(em milhões de R\$)



Fonte: Agência Nacional do Cinema

nha, a cota sugerida prejudica produtores e consumidores, já que os catálogos de ofertas de obras deverão ser reformulados. Para o diretor-geral da Abert, Cristiano Lobato Flores, o modelo proposto é denso demais e pode impedir o crescimento do setor.

— Até porque o mercado é prematuro e ainda não demanda intervenção estatal.

Representante da Motion Picture Association of America (MPA), José Maurício Fittipaldi disse que o projeto apresenta riscos de caracterização de abuso regulatório, pois pode resultar em reserva de mercado.

Diretor da Associação Paulista de Cineastas (Apaci), André Klotzel observou que o audiovisual é um bem de consumo, só que imaterial.

— O estabelecimento de cotas não é um gesto autoritário nem cerceador. Pelo contrário: é uma compensação.

O secretário do Audiovisual do Ministério da Cidadania, Ricardo Rihan, defendeu uma isonomia competitiva entre as empresas, com vistas à regulação tributária. Subsecretário do Ministério da Economia, Marcelo de Matos Ramos advertiu para o fato de que o projeto pode impedir a inovação.

— Não seria possível pensar num novo modelo que progressivamente diminua o peso da intervenção estatal, deixando o setor privado criar sua própria dinâmica?

Saiba Mais

1ª Audiência sobre o PLS 57/2018 na CAE <http://bit.ly/audienciaCAE>

Agência Nacional de Cinema www.ancine.gov.br

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Medicamentos de alto custo**
9h Audiência para debater redução na disponibilidade de medicamentos de alto custo. Às 14h, debate sobre Previdência, com foco nas aposentadorias e no trabalho em áreas com periculosidade.
- CTFC Ministro do Turismo**
9h Comparecimento do ministro Marcelo Álvaro Antônio para falar sobre denúncias de uso de candidatos laranjas no PSL.
- SESSÃO ESPECIAL Almirante**
9h Homenagem aos 100 anos do nascimento de Paulo Moreira da Silva, pioneiro em assuntos relacionados ao mar.
- CAE Emendas ao PPA e à LOA**
10h Emendas ao Plano Plurianual 2020–2023 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020. Depois, 21 itens.
- CCJ Previdência Social**
11h Emendas de Plenário à PEC 6/2019, que modifica o sistema de Previdência Social.
- CE Emendas**
11h Emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA de 2020. Depois, 17 itens. Às 14h30, audiência sobre a síndrome de Edwards.
- CI Transporte de animal doméstico**
11h Entre 12 itens, o PLC 30/2018, que regula transporte de animais domésticos.
- CPMI FAKE NEWS Democracia**
13h Audiência para discutir o fenômeno das fake news na sociedade e na democracia. Foram convidados o professor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Daniel Bramatti, e o comandante de Defesa Cibernética do Exército, general Guido Amin Naves.
- CCT Emendas**
14h Emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA 2020.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, a PEC 6/2019, que modifica o sistema de Previdência Social.
- CMO Créditos**
14h30 Na pauta de 5 itens, o PLN 24/2019, que abre crédito suplementar de 490 milhões em favor da Infraero, entre outras.
- DOENÇAS RARAS Controle social**
14h30 Audiência para debater controle social para política de doenças raras.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Davi Alcolumbre
- Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia
- Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins
- Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão
- Segundo-secretário:** Eduardo Gomes
- Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro
- Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze
- Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Érica Ceolin
- Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvio Burlle
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

- Editora-chefe:** Fernanda Vidigal
- Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
- Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado vota reforma da Previdência em 2º turno

Antes da votação em Plenário, marcada para as 14h, a Comissão de Constituição e Justiça vai analisar emendas ao texto da reforma. Até ontem, 11 emendas haviam sido apresentadas



O PLENÁRIO PODE votar hoje, em segundo turno, a reforma da Previdência. Antes, às 11h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa as últimas emendas apresentadas à PEC 6/2019.

Por enquanto, são 11 emendas: 3 de Paulo Paim (PT-RS), 6 de Jaques Wagner (PT-BA), 1 de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e 1 de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

A principal medida da reforma é o aumento da idade mínima para aposentaria, que passa a ser 65 anos para homens e 62 para mulheres. A possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição acaba.

O texto também estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários (em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições), eleva alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.839) e estabelece regras de transição para os trabalhadores em atividade.

Cumprida a regra de idade, a aposentadoria será de 60% com o mínimo de 15 anos de contribuição. Cada ano a mais eleva o benefício em dois pontos percentuais, chegando a 100% para mulheres com 35 anos de contribuição e para homens com 40.

O objetivo do governo com a reforma é reduzir o déficit nas contas da Previdência Social.

A estimativa de economia com a PEC 6/2019 é de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos.

O Congresso ainda vai analisar uma proposta paralela (PEC 133/2019) que contém alterações e acréscimos ao texto principal, como a inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias.

Habitação

Também pode ser votado em Plenário hoje o projeto que retoma regime de incentivos para construtoras e incorporadoras em empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O PL 888/2019 restaura o Regime Especial de Tributação (RET) para a incorporação de unidades residenciais de até R\$ 100 mil. O regime foi encerrado em 2018. Com o RET, as empresas responsáveis pelos empreendimentos recolhiam o equivalente a 1% da receita mensal recebida a título de pagamento unificado de quatro impostos e contribuições. A proposta é que esse regime volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro do ano passado, tenham sido cadastradas no registro de imóveis competente ou tenham tido os contratos de construção assinados.

Ministro do Turismo fala hoje sobre candidatos laranjas

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, presta esclarecimentos hoje à Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) sobre as denúncias de uso de candidatos laranjas no PSL. Ele depõe na condição de convocado, depois de faltar à reunião para qual havia sido convidado. O autor do requerimento é Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Álvaro Antônio é presidente licenciado do PSL em Minas Gerais. Segundo Randolfe, o ministro deve explicações sobre o caso conhecido como Laranjal do PSL, investigado pela Polícia Federal. Em junho, foram presos Mateus Von

Rondon, assessor do ministro; Haissander Souza de Paula, ex-assessor; e Roberto Silva Soares, ex-assessor e primeiro-secretário do diretório do PSL mineiro. Soares é suspeito de negociar a devolução de dinheiro recebido por candidatas.

No requerimento, Randolfe explica que sete candidatas de Pernambuco e Minas Gerais receberam recursos do PSL, mas obtiveram votação insignificante nas eleições. Para o senador, isso é um “forte indicativo” de que elas concorreram apenas para cumprir a lei que destina 30% do dinheiro dos partidos à participação feminina.



Votação sobre Previdência é o único item de hoje na pauta da CCJ

Mudança agravará problemas, dizem debatedores

Debatedores ouvidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) manifestaram preocupação com as consequências sociais da reforma da Previdência. Eles consideram que povo e parlamentares não têm conhecimento suficiente sobre a PEC 6/2019 e previram que o agravamento da situação dos mais pobres pode despertar uma revolta popular.

O assessor técnico da Câmara dos Deputados Flávio Tonelli Vaz considerou que a reforma afasta o trabalhador de sua Previdência ao impor requisitos inalcançáveis pela maioria. Ele classificou como

confisco a falta de contrapartida do Estado à contribuição previdenciária do trabalhador.

O diretor nacional da Intersindical Central da Classe Trabalhadora, Alexandre Caso, lamentou a falta de ação revisora do Senado diante da PEC e atacou os parlamentares favoráveis “que não entraram no mérito da proposta porque precisam entregar a encomenda do mercado”.

O assessor e consultor de entidades sindicais Vladimir Nepomuceno criticou a insensibilidade da equipe econômica diante da situação dos trabalhadores em aspectos

como a restrição à aposentadoria por invalidez, as regras de transição desfavoráveis e o tratamento discriminatório aos servidores públicos. Ele acusou o governo de manipular os números da reforma e trocar favores por votos para a PEC.

— Eles estão querendo de qualquer jeito garantir o dinheiro que prometeram para o mercado financeiro.

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao Senado atenção a trabalhadores em condições de alta periculosidade e insalubridade, em especial os agentes de saúde, na concessão de aposentadorias especiais.

Paim defende mudanças no texto aprovado

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem, em Plenário, que o Senado tem a oportunidade de diminuir os prejuízos que a reforma da Previdência pode gerar aos cidadãos. O texto está previsto para ser votado em segundo turno hoje. Paim defendeu mudanças na proposta do governo, como no trecho que acaba com a aposentadoria especial de quem trabalha em área de alto risco e no que põe fim à conversão de tempo de trabalho em regime especial em tempo comum. Ele citou estudo da Unicamp que questiona os cálculos do governo que apontaram déficit nas contas previdenciárias.

Girão cobra do governo apoio à Operação Lava Jato

Eduardo Girão (Podemos-CE) manifestou preocupação com a continuidade do combate à corrupção e cobrou do governo o fortalecimento da Operação Lava Jato. Para ele, a crise que envolve o PSL, ao qual é filiado o presidente da República, com a troca de acusações entre os filiados à legenda, também deixa a população assustada. O senador disse ter uma lista de indicações de deputados ao governo, o que configuraria um loteamento da máquina pública, um “toma-lá-dá-cá”, que está procurando confirmar.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Para Rogério, reforma atende interesse privado

Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou ontem que a reforma da Previdência atende apenas aos interesses empresariais. O senador lamentou que as reivindicações corporativas estejam acima do interesse público. Para ele, o texto aprovado em primeiro turno no Senado contribui para o aumento da desigualdade social e é uma ameaça à estabilidade, à democracia e à paz social do país.

— O mercado financeiro é que define como vai ser a nossa Previdência. É o que define o que é importante para o país.

Gaúchos terão verba da União, afirma Heinze

Luis Carlos Heinze (PP-RS) destacou ontem seu empenho junto ao governo para viabilizar recursos da União para investimentos na infraestrutura rodoviária, portuária, hidroviária, ferroviária e aeroportuária do Rio Grande do Sul.

De acordo com o senador, o presidente Jair Bolsonaro irá garantir entre 2019 e 2020 recursos da ordem de R\$ 300 milhões para reformas e ampliações de seis aeroportos em Passo Fundo, Santo Ângelo, Santa Rosa, São Borja, Santa Maria e Caxias do Sul.



Waldemir Bonetto/Agência Senado



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Medida facilita transferência de terras da União

O presidente Jair Bolsonaro editou na sexta-feira a Medida Provisória 901/2019, que facilita a doação de terras do patrimônio da União a Roraima e Amapá. O texto foi publicado na segunda-feira no *Diário Oficial da União*.

A doação já estava prevista

em leis anteriores (10.304, de 2001, e 11.949, de 2009), mas, passada mais de uma década, não ocorreu de fato por causa de exigências burocráticas para a comprovação da posse de alguns terrenos, que deveriam ser excluídos da transferência aos estados.

A MP simplifica as exigências para a comprovação de propriedade dessas terras e “resguarda os direitos adquiridos dos beneficiários de títulos expedidos pela União, sem registros cartoriais”, como salienta a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Debate cobra mais discussão sobre segurança no trabalho

Participantes de audiência criticaram o tempo reduzido para análise da proposta de revisão das 37 normas regulamentadoras de segurança no trabalho, mesmo considerando que é preciso atualizá-las

O GOVERNO APRESENTOU proposta de atualização das 37 normas regulamentadoras de segurança no trabalho (NRs), mas o calendário reduzido estabelecido para essas mudanças é uma das maiores preocupações dos debatedores que participaram da audiência sobre o tema ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate foi sugerido pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

— Não abrem concurso para fiscais, há bem menos fiscalização e ainda acabam as normas de segurança. E depois ainda querem acabar com a aposentadoria especial — disse.

As NRs são portarias do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (atual Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia) com obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores para garantia de trabalho seguro.

Da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Itamar Sanches disse que o governo não considera as contribuições sindicais para manutenção dos princípios básicos das NRs.

Ele criticou a velocidade imposta pelo Executivo para a atualização das normas, sem dar tempo para ouvir os



Paulo Paim (C) foi o autor do pedido de audiência e presidiu o debate

trabalhadores e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A coordenadora nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap/MPT), Ana Cristina Tostes, expôs dados do Observatório de Segurança do Trabalho do MPT que apontam que 4,4 milhões de brasileiros com carteira assinada se acidentaram em serviço de 2012 a 2018. Mais de 528 mil acidentes ocorreram em decorrência do uso de máquinas e equipamentos, tendo como consequência 2.058 mortes no período.

— O MPT entende que realmente é necessária uma revisão. Mas uma revisão que efetivamente venha a assegurar que as novas tecnologias que estão sendo inseridas no mercado de trabalho sejam aplicadas, para que a saúde

e a segurança do trabalhador sejam garantidas.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, disse que a prioridade é resolver as irregularidades, e não multar. De 1996 a 2016, os auditores fizeram, por ano, em média 143 mil ações fiscais e alcançaram mais de 16 milhões de vínculos de trabalhadores. Mais de 60% das situações foram regularizadas sem acarretar qualquer autuação.

Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Zasso Pigatto considerou que princípios básicos da Constituição, como assegurar a execução da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, estão sendo atacados pelo governo de forma arbitrária, por meio de decretos e portarias.

Autonomia do Banco Central está na pauta de colegiado

Pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que garante autonomia para o Banco Central. Apresentado por Plínio Valério (PSDB-AM), o PLP 19/2019 — Complementar fixa em quatro anos o mandato para os dirigentes, com a possibilidade de uma recondução.

Pela proposta, os mandatos do presidente do Banco Central e de sua diretoria se iniciarão no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do presidente da República. Plínio Valério argumenta que, ao intercalar os mandatos, seria possível blindar o banco de pressões políticas advindas do Executivo.

Telmário Mota (Pros-RR) concorda com os argumentos do autor e apresentou relatório favorável à proposta.

Outros projetos

Também está na pauta projeto que proíbe ICMS em operações de transferências de produtos entre estabelecimentos do mesmo dono ou contribuinte. O autor da proposta (PLS 332/2018 — Complementar), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), aponta como exemplo de cobrança indevida os casos em que mercadorias de uma mesma rede saem do depósito em um estado e vão para uma loja, da mesma rede, em outro estado.



Nelsinho Trad (C) preside sessão em homenagem ao movimento

Sociedade Brasileira de Eubiose recebe homenagem em Plenário

O Senado homenageou ontem a Sociedade Brasileira de Eubiose (SBE) em sessão especial no Plenário. O movimento, instalado no Brasil em 1921, prega a vivência em perfeita harmonia com as leis universais e a educação para transformação da sociedade.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) disse que a SBE promove ações educativas, culturais e sociais em benefícios de crianças e jovens, cultiva a fraternidade universal e a promoção do estudo comparativo do conhecimento dos povos e combate o analfabetismo, os vícios e os maus costumes.

O assessor especial da SBE, Leonardo de Souza, firmou compromisso “em prol da melhoria da educação básica como condição para o desenvolvimento social e econômico do país”. O caminho, para ele, é investimento em capacitação e remuneração dos professores, em novas tecnologias e em metodologias modernas de ensino.

Os senadores Marcio Bittar (MDB-AC), José Maranhão (MDB-PB), Jarbas Vasconcelos (MDB-PE), Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Eduardo Girão (Podemos-CE) também assinaram o pedido da homenagem.

Suspensa medida sobre publicação de editais

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a eficácia da Medida Provisória (MP) 896/2019, que dispensa os órgãos da administração pública de publicar editais de licitação, tomadas de preços, concursos e leilões em jornais de grande circulação. A decisão foi tomada no exame de uma medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI

6229), na sexta-feira.

A ação foi proposta pela Rede Sustentabilidade. O partido alega que, ao editar a medida provisória, o Poder Executivo teve como objetivo “desestabilizar uma imprensa livre e impedir a manutenção de critérios basilares de transparência e ampla participação no âmbito das licitações”.

Para o ministro, estão presentes os requisitos neces-

sários para a concessão da medida liminar. Entre eles, estão a ausência de urgência constitucional da alteração proposta, o risco de que a falta de detalhamento do texto prejudique a realização do direito à informação, à transparência e à publicidade nas licitações públicas e ainda a possível ofensa ao princípio constitucional da segurança jurídica.

Telmário condena decisão de fechar madeiras

Telmário Mota (Pros-RR) criticou a decisão da Polícia Federal de fechar 40 madeiras em Roraima. Segundo ele, a decisão, que teria partido de um superintendente da PF no Amazonas, seria arbitrária, já que as unidades são regulamentadas. Telmário disse que vai apresentar requerimento de convocação do ministro da Justiça, Sergio Moro, para esclarecer aos senadores o posicionamento do policial federal que, segundo o senador, está prejudicando diretamente 80 trabalhadores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci pede apoio para iniciativas de inovação

Izalci Lucas (PSDB-DF) pediu apoio de senadores a iniciativas de inovação e capacitação de trabalhadores para gerar crescimento econômico e combater a pobreza. Segundo ele, em 5 de novembro, haverá uma reunião na sede da Confederação Nacional da Indústria com representantes do Movimento Empresarial pela Inovação, do qual fazem parte 250 grandes empresas. Para Izalci, é preciso discutir os caminhos para inovação no Brasil. Ele pediu a participação do Congresso na busca de soluções e criticou os cortes orçamentários em órgãos públicos estratégicos para apoiar a inovação.

Alvaro Dias critica taxaço de energia sustentável

Alvaro Dias (Podemos-PR) criticou ontem a possibilidade de a Agência Nacional de Energia Elétrica taxar energias sustentáveis em geração distribuída. Pela regra atual, a energia gerada a mais pelo consumidor durante o dia é devolvida pela distribuidora, sem custo, para que ele consuma quando não está gerando a energia. A agência pretende autorizar cobrança pelo uso da rede, que será feita em cima da energia que ele receber de volta do sistema da distribuidora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Confúcio cobra mais recursos para a educação

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu mais investimentos na educação de jovens e adultos, cuja falta de qualificação dificulta a empregabilidade. Ele apontou o alto número de analfabetos, 14 milhões segundo o último censo, e de estudantes que não completam o ensino fundamental. Somados aos que abandonaram a escola antes de completar o ensino médio, são mais de 80 milhões de cidadãos, conforme os últimos números divulgados pelo IBGE, disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado